



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA MARQUES  
CNPJ: 01.612.677/0001-43

Secretaria Municipal de Educação de Joca Marques

Portaria nº 03/2017

**Institui a Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica para o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação**

O (A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a assinatura do termo de adesão por meio do qual foi formalizada a adesão voluntária do município de JOCA MARQUES ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), oferecido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC),

#### RESOLVE:

Art. 1º-Instituir uma Comissão Coordenadora e uma Equipe Técnica com a finalidade de orientar e coordenar o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de acordo com as diretrizes e orientações estabelecidas pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC

Art. 2º A Comissão Coordenadora será constituída pelos representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, a seguir mencionados, sendo que o primeiro deles terá o encargo de coordená-la:

1. Titular: Tais Silva Azevedo  
Suplente: Maria Esperança Araújo Silva
2. Titular: Sônia Maria Leão Spindola Marques  
Suplente: Diones Machado Oliveira
3. Titular: Raul Nascimento de Carvalho  
Suplente: Luzia do Socorro Oliveira da Costa
4. Titular: Maria dos Milagres Sousa Carvalho  
Suplente: Gizelma Costa Sales
5. Titular: José Cordeiro Sousa Silva  
Suplente: Adalberto Costa Silva
6. Titular: Júlio Lopes de Carvalho Neto  
Suplente: Francisco José de Oliveira Meireles

Art. 3º- A Equipe Técnica será constituída pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação e seus respectivos suplentes, sendo que o primeiro deles terá o encargo de coordená-la:

1. titular: Maria Valdenice Lopes Silva  
Suplente: Maria José Ferreira da Silva
2. Zulcida da Silva Lopes  
Suplente: Raimunda de Sousa Rodrigues
3. Titular: Domingos Leão Silva  
Pedro Lopes da Silva Filho
4. Titular: Jose de Ribamar de Sena Castro  
Suplente: Teresinha de Jesus Magalhães Araújo

Art. 4º - Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:

- a) Realizar um estudo metódico do caderno de orientações produzido pela SASE e do Plano Municipal de Educação para identificar os indicadores e estratégias pertinentes às metas estabelecidas;
- b) Construir indicadores que contemplem as metas que foram acrescidas pelo município e aquelas que não apresentam objetivos diretamente quantificados;
- c) Realizar o levantamento periódico dos dados ou informações referentes à cada uma das metas do PME e seus respectivos indicadores;
- d) Preencher de forma sistemática e periódica a ficha de Monitoramento e Avaliação do PME;
- e) Elaborar notas técnicas sobre a lei do PME, suas metas e indicadores a fim de esclarecer conceitos e procedimentos que orientem a coleta e sistematização dos dados bem como de oferecer subsídios para reelaboração do plano municipal.
- f) Elaborar o relatório anual de monitoramento.

Art. 5º - Ficam estabelecidas como atribuições da Comissão Coordenadora:

- a) Divulgar e promover debates sobre os Relatórios Anuais de Monitoramento e Avaliação, envolvendo todas as esferas administrativas e as instituições que atuam ou interferem na política educacional;

- b) Sistematizar as contribuições apresentadas nos debates e elaborar, ao final de dois anos, a versão preliminar da Avaliação do PME, tendo como referência os dados registrados nos Relatórios Anuais de Monitoramento; o reestudo das condições do município; e novos instrumentos legais que possam surgir no período, entre outras informações relevantes;
- c) Promover as Conferências Municipais para avaliação dos resultados apresentados na versão preliminar de Avaliação do PME;
- d) Sistematizar as contribuições apresentadas nas Conferências Municipais e elaborar a versão final do documento de Avaliação do PME.

Art. 6º- A presente portaria revoga a Portaria anterior nº 02/2007 de 04 de Abril de 2017.

Art. 7º-Revogam-se as disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Joca Marques-PI, 29 de Maio de 2017

  
**Maria Antonia Rodrigues da Silva**  
Secretária Municipal de Educação

Maria Antonia Rodrigues da Silva  
Secretária Municipal de Educação  
Cultura, Esporte e Lazer  
Portaria 1903 de 03 de Janeiro/2017  
CPF: 817.198.333-20



PREFEITURA MUN DE JOCA MARQUES  
PRAÇA MARIANA  
01612677/0001-43

Exercício: 2017

#### DECRETO Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2017 - LEI N.7

*Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências*

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE JOCA MARQUES, no uso de suas atribuições legais.

#### DECRETA:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$153.716,24 distribuídos as seguintes dotações:

01	01	00	CÂMARA MUNICIPAL		
10	01.031.0001.2001.0000	3.3.90.35.00	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	4.000,00	
	001		SERVIÇOS DE CONSULTORIA		F.R.: 0 001 00
			TESOURO		
02	02	00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		
55	04.122.0003.2004.0000	3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.800,00	
	001		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 001 00
			TESOURO		
58	04.122.0003.2004.0000	3.3.90.92.00	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	500,00	
	001		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		F.R.: 0 001 00
			TESOURO		
02	03	00	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINCEIRA		
90	04.123.0004.2020.0000	3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1.600,00	
	001		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 001 00
			TESOURO		
02	05	00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
118	12.361.0005.2033.0000	3.3.90.35.00	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	25.000,00	
	001		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		F.R.: 0 001 00
			TESOURO		
995	12.361.0005.2034.0000	3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PNAE	8,40	
	008		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 008 01
			EDUCAÇÃO		

(Continua na próxima página)

PREFEITURA MUN DE JOCA MARQUES  
PRAÇA MARIANA  
01912677/0001-43

Exercício: 2017

## DECRETO Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2017 - LEI N.7

## 02 05 00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1001 12.361.0005.2063.0000 MANUTENÇÃO DO PROG. "DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA"  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
008 EDUCAÇÃO2,80  
F.R.: 0 008 011002 12.365.0007.2036.0000 MANUTENÇÃO DE CRECHE DO MUNICÍPIO  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
008 EDUCAÇÃO2,80  
F.R.: 0 008 01225 13.392.0009.2051.0000 MANUTENÇÃO DE SECRETARIA DE CULTURA  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
001 TESOIRO3.800,00  
F.R.: 0 001 031000 13.392.0009.2051.0000 MANUTENÇÃO DE SECRETARIA DE CULTURA  
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
001 TESOIRO2.200,00  
F.R.: 0 001 03999 27.812.0011.2044.0000 INCENTIVO A PRÁTICA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO  
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
001 TESOIRO2.200,00  
F.R.: 0 001 03

## 02 06 00 FUNDEB

275 12.361.0006.1037.0000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES ESCOLA  
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
009 FUNDEB200,00  
F.R.: 0 009 01286 12.361.0006.2049.0000 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIOS- 40%  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
009 FUNDEB500,00  
F.R.: 0 009 01997 12.361.0006.2047.0000 ENCARGOS COM PESSOAL ADMINISTRATIVO- 40%  
3.1.90.15.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL  
009 FUNDEB300,00  
F.R.: 0 009 01301 12.365.0007.2111.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL 40%  
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO  
009 FUNDEB500,00  
F.R.: 0 009 01

## 02 07 00 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

## DECRETO Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2017 - LEI N.7

## 02 07 00 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

399 15.452.0014.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO SERVIÇO URBANO  
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
001 TESOIRO17.000,00  
F.R.: 0 001 03409 15.452.0014.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO SERVIÇO URBANO  
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
001 TESOIRO500,00  
F.R.: 0 001 03413 15.452.0014.2056.0000 MANUTENÇÃO E SERVIÇO COM A LIMPEZA PÚBLICA  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
001 TESOIRO5.600,00  
F.R.: 0 001 03420 15.452.0014.2057.0000 CONSTRUÇÃO E MAN. DE PRAÇAS E OUTRO LOC. PÚBLIC  
4.4.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
001 TESOIRO3.300,00  
F.R.: 0 001 03440 15.452.0016.2060.0000 MANUTENÇÃO DE POÇOS E CHAFARIZES PÚBLICOS  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
001 TESOIRO5.000,00  
F.R.: 0 001 03

## 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

527 10.301.0020.1023.0000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE  
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
010 SAÚDE5.000,00  
F.R.: 0 010 02548 10.301.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO  
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
001 TESOIRO30.000,00  
F.R.: 0 001 03550 10.301.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO  
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
001 TESOIRO4.600,00  
F.R.: 0 001 03562 10.301.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
001 TESOIRO4.000,00  
F.R.: 0 001 03

## DECRETO Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2017 - LEI N.7

## 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

589 10.304.0020.2068.0000 MANUT. DO PISO FIXO DE VIGIL. E PROMOÇÃO DA SAÚDE  
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
010 SAÚDE1.640,00  
F.R.: 0 010 02702 10.305.0020.2070.0000 PROG. DE EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS PREC  
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
001 TESOIRO800,00  
F.R.: 0 001 03

## 02 10 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

718 08.243.0010.2127.0000 MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO TUTELAR  
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
001 TESOIRO5.000,00  
F.R.: 0 001 03738 08.244.0010.2024.0000 MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA  
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
001 TESOIRO2.200,00  
F.R.: 0 001 03742 08.244.0010.2024.0000 MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA  
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita  
001 TESOIRO1.500,00  
F.R.: 0 001 03748 08.244.0010.2024.0000 MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
001 TESOIRO2.900,00  
F.R.: 0 001 03752 08.244.0010.2024.0000 MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA  
3.3.90.52.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES  
001 TESOIRO160,44  
F.R.: 0 001 03

## 02 11 00 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS- DNER

792 28.782.0015.2081.0000 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS E ESTRADAS NO MUNICÍPI  
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
001 TESOIRO9.000,00  
F.R.: 0 001 03

## 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS

## DECRETO Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2017 - LEI N.7

## 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS

812 08.243.0010.2011.0000 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBV/SCFV  
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO  
003 RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS2.500,00  
F.R.: 0 003 04846 08.244.0010.2012.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
003 RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS175,00  
F.R.: 0 003 04992 08.244.0010.2016.0000 ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDGF  
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
003 RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS2,80  
F.R.: 0 003 04

## 02 13 00 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

996 20.605.0021.2027.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGO COM A SEC. MUN. DE AGRICU  
3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES  
001 TESOIRO1.224,00  
F.R.: 0 001 03

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

## 01 01 00 CÂMARA MUNICIPAL

3 01.031.0001.2001.0000 MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL  
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
001 TESOIRO  
000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO-4.000,00  
F.R. Grupo: 0 001 00

## 02 07 00 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

402 15.452.0014.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO SERVIÇO URBANO  
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO  
001 TESOIRO  
000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO-53.716,24  
F.R. Grupo: 0 001 00

## 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

548 10.301.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO  
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
001 TESOIRO  
000 000 DEFINIR NA EXECUÇÃO-28.716,24  
F.R. Grupo: 0 001 00

(Continua na próxima página)





PREFEITURA MUN DE JOCA MARQUES  
PRAÇA MARIANA  
01912677/0001-43

Exercício: 2017

# DECRETO Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2017 - LEI Nº 7

## 02 09 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

586	10.301.0020.2090.0000	PROGRAMA DE AGENTES COMUN. DE SAÚDE- PACS	-40.000,00
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 0 001 00
	001	TESOURO	
	000 000	DEFINIR NA EXECUÇÃO	
611	10.301.0020.2133.0000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PAB	-26.000,00
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 0 010 00
	010	SAÚDE	
	300 003	PAB FIXO	
693	10.304.0020.2068.0000	MANUT. DO PISO FIXO DE VIGIL. E PROMOÇÃO DA SAÚDE- P	-1.283,76
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 010 00
	010	SAÚDE	
	300 005	PISO FIXO VIG E PROM. DA SAÚDE	

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de março de 2017.

JOCA MARQUES, 01 de março de 2017.

EDILBERTO AGUIAR MARQUES FILHO  
PREFEITO CPF: 749.906.673-87



Estado do Piauí

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**JOSÉ DE FREITAS**

UM NOVO TEMPO

## TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO Nº 004/2017 - TCE/PI DECISÃO 501/2017)

### DEVEDOR

**Ente Federativo/UF:** Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI **CNPJ:** 06.554.786/0001-75  
**Endereço:** Rua Edgar Gayoso, nº 61 – Centro **CEP:** 61.110-000  
**Telefone:** (86) 3264-1300 **Fax:**  
**Representante legal:** ROGER COQUEIRO LINHARES **CPF:** 674.999.613-20  
**Cargo:** Prefeito Municipal **E-mail:** rogerclinhares@gmail.com  
**Data Início de Gestão:** 01/01/2017  
**CREDOR**  
**Unidade Gestora:** Fundo de Previdência Municipal de José de Freitas/PI **CNPJ:** 05.656.019/0001-04  
**Endereço:** RUA JOSÉ CÂNDIDO GAIOSO, S/N – CENTRO **CEP:** 61.110-000  
**Telefone:** (86) 3264-1300 **E-mail:** josedefreitasprev@gmail.com  
**Fax:** **CPF:** 514.424.183-20  
**Representante legal:** FRANCISCO ADRIANO SARAIVA DOS REIS **E-mail:** prof.adrianoreis@oi.com.br  
**Cargo:** Gerente de Previdência  
**Data Início de Gestão:** 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 1.135/2007 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

### Cláusula Primeira – DO OBJETO

O Fundo de Previdência Municipal de José de Freitas/PI – JOSÉ DE FREITAS PREV é CREDOR junto ao DEVEDOR Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI da quantia de R\$ 711.990,39 (setecentos e onze mil, novecentos e noventa reais e trinta e nove centavos), correspondente aos valores de Contribuição Servidor e Patronal devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se na planilha em anexo.

Pelo presente instrumento a Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do

CREDOR de apurar a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

### Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 711.990,39 (setecentos e onze mil, novecentos e noventa reais e trinta e nove centavos) será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 59.332,53 (cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 59.332,53 vencerá em 20/06/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data. A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa. Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI e Ministério Público do Piauí, todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social. Considerando que, caso ocorra PARCELAMENTO ESPECIAL aos RPPS com regras regidas pela Secretaria de Previdência Social, o Município irá substituir esse Termo pelo novo Acordo de Parcelamento Especial com Ministério da Fazenda.

### Cláusula Terceira – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IGPM acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês + 2% (dois por cento) de multa, acumulado desde o mês do vencimento do débito até a data da assinatura do presente termo de acordo.

**Parágrafo primeiro:** As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas anualmente pelo índice IGPM, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da assinatura do presente termo de acordo até a data do efetivo pagamento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**Parágrafo segundo:** Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pelo índice IGPM acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês mais multa moratória de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

### Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia de pagamento dos valores:

- das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento na forma da cláusula terceira;
- das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

**Parágrafo Primeiro:** A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta do Repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM",

conforme anexo a este termo e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

### Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou alternadas;

**Parágrafo Primeiro:** A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

**Parágrafo Segundo:** A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

### Cláusula Quinta: DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irredutível do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 389, 394 e 395, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

### Cláusula Sexta: DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por meio de publicação no Diário Oficial.

### Cláusula Sétima: DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

José de Freitas, 25/05/2017

ROGER COQUEIRO LINHARES Prefeito  
Municipal de José de Freitas

FRANCISCO ADRIANO SARAIVA DOS  
REIS Gerente de Previdência do  
JFREITAS-PREV

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF: